



Anais da Assembléia

N.º 91

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 17 DE AGOSTO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 86ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1979

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e José Tavares.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente,

Indico, na forma regimental, os Senhores Deputados FUAD NACLI e RENATO BUENO, para comporem a Comissão Especial que acompanhará Inquérito Policial na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO — Líder da ARENA

Pelo MDB, está indicado o Deputado FIDELCINO TOLENTINO.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI — Líder do MDB

Requerimento:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando INFORMAÇÕES sobre a paralisação das obras de asfaltamento das Rodovias PRT-487 - Campo Mourão - Iretama e PRT - 460 - Iretama - Pitanga.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1979.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

As notícias chegadas da região que seria favorecida pelo asfaltamento das rodovias supra citadas, nos causam preocupação, como também às empresas empreiteiras e toda a população que lá habita.

Serão inúmeras pessoas que ficarão desempregadas trazendo um verdadeiro problema social para toda a região, hoje carente de empregos para resolver o problema de muitos que encontraram nesta obra um meio de sobrevivência.

Sendo assim, esperamos que a informação nos chegue com a brevidade possível para que possamos tranquilizar-nos, como também a muitos interessados naquela importante obra.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao nobre orador Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna nesta manhã, para trazer a esta Casa e solicitar à mesma, o encaminhamento de um requerimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes do Paraná, solicitando informações das razões da paralisação das obras de asfaltamento da Rodovia Campo Mourão - Iretama e Iretama - Pitanga.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquela rodovia é uma das obras mais antigas iniciadas na minha região de Campo Mourão, pois há mais de 25 anos que lá resido, e cuja obra se estende por todo este tempo.

E agora, finalmente, a partir deste ano de 1979, as obras de pavimentação foram iniciadas, e lamentavelmente, as notícias que nos chegam de Campo Mourão, aquela rodovia teve as suas obras a partir desta semana, paralisadas, por ordem da Secretaria dos Transportes, que diz que está fazendo o remanejamento de verbas e que aquela obra terá de ser paralisada ou já está, com as empreiteiras levantando os acampamentos.

É lamentável esta ocorrência, porque uma obra que há tanto tempo esperamos, uma obra há tanto tempo reivindicada por aquela região, seja por atos como este do Governo do Estado do Paraná, paralisada. E está aí uma mensagem governamental de 895 milhões de cruzeiros transferindo recursos de investimento para pagamento de despesas. É lamentável que isto ocorra no Estado do Paraná, haja visto que esta Casa já deu autorização para que o Governo contraísse um empréstimo de 230 milhões de dólares, sendo 150 milhões para pagamento de despesas e 80 milhões para implantação de novas rodovias.

Então, estou encaminhando a esta Casa, um requerimento solicitando informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Transportes do Paraná, para que tenhamos uma resposta concreta, para que nos dê fatos concretos do porquê da paralisação daquela obra, como tantas outras que hoje estão paralisadas neste Estado, que tem à sua testa o General Ney Braga, que desde a sua posse, desde o dia 15 de março até esta oportunidade nada vimos de concreto de realizações por ele neste período de mais de cinco meses de governo.

Então, fica aqui o meu registro da paralisação das obras da Rodovia Campo Mourão - Iretama, Iretama - Pitanga. E solicito que esta Casa aprove este requerimento, e cuja resposta venha o mais rápido possível.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SQUAREZI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos assistido comentários no Brasil, dos mais contraditórios, sobre a mudança do Ministério do atual Governo. Efetivamente entendo que só a troca de nomes não é suficiente para a abertura de novas perspectivas, se não a adoção de medidas concretas que permitam realmente vislumbrarmos uma saída dentro desse modelo que nos parece, não pretendo o Governo sair dele. Há poucos dias, vimos numa entrevista o Ministro da Fazenda dar uma declaração de que a mim, chegou até a entusiasmar. Porque dizia o Sr. Richbieter, de que a análise a ser feita deveria ser aquela sobre o sistema financeiro, adotado por este modelo. Se este sistema, estava sendo benéfico ou maléfico para a economia brasileira, se não seria esse o sistema financeiro o grande causador talvez, da acumulação de rendas, e digamos assim, da injustiça social que se verifica no Brasil. Agora, com a ida de Delfim Neto para o Ministério do Planejamento, comenta-se que o Governo deverá adotar o tabelamento dos juros bancários. E à primeira vista parece ser a saída, todavia, acredito eu, de que esta não é a saída.

A saída é aquela que Richbieter há duas semanas disse, de que o sistema financeiro deveria ser estatizado. Porque só tabelar os juros, se bem que politicamente seja uma medida acertada, demonstra a preocupação do governo, em não deixar que uma minoria dominante cada vez se enriqueça mais, mas é um ledor engano. Ledo engano porque no balcão de um banco quando alguém for tomar um empréstimo, com os juros tabelados, não se escapará fatalmente à lei da oferta e da procura. Porque ao fornecer o papagaio, o empréstimo com os juros tabelados, lá estará o gerente fiscalizando permanentemente o saldo médio, lá estará o gerente enfiando na barriga daquele papagaio que vai fornecer, ações do banco, operações casadas com título do próprio banco. Não há como fugir deste dilema grave e deste dilema insuperável. Não adianta tabelar os juros enquanto nós tivermos num arrocho como estamos de ordem financeira, com inflação alta. Porque quem precisa do crédito, sujeita-se a todas as imposições daquele que tem o dinheiro na mão. Hoje se vai no banco se paga juros, se paga juros extorsivos sem estar livre de comprar ações, de fazer as tais operações casadas. Mas quando voltar o tabelamento de juros, fatalmente, a via crucis do tomador terá que passar por cima do saldo médio, da compra de ações, de títulos casados. Então me parece, se bem que politicamente, seja uma medida acertada, ineficaz, para o tipo e para a mudança do modelo econômico. Porque os banqueiros, a verdade é mundial, os banqueiros cada vez continuam a enriquecer mais dentro do sistema capitalista, e as desigualdades cada vez são maiores.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito de que a medida certa, é a medida anunciada e firmada pelo Ministro da Fazenda: a estatização dos bancos, a primeira medida para se encontrar um equilíbrio na distribuição de rendas. Porque sendo então um instituto financeiro do governo, se poderá efetivamente e eficazmente, tabelar os juros e fazer com que o dinheiro tenha um preço certo. Porque o dinheiro com o preço incerto é evidente de que tudo ou mais, também estará em instável nos preços.

Por isso, Sr. Presidente, louvo aqui a atitude, a posição do Ministro da Fazenda, e espero que no combate que haverá de ter internamente na discussão deste governo, e efetivamente não tenho a ingenuidade de pensar que este Governo vá estatizar os bancos. Mas acredito de que todos os que pensem em medidas eficazes para o Brasil, para a nossa economia, deveriam ser porta-vozes desta idéia, difundir esta idéia, a estatização dos bancos, que é a única medida de evitar que o Brasil atinja um ponto e um estágio insuperável, e que então só através, não de meios civilizados, não de sistemas convencionais, mas através da violência, se consiga nesta terra, realmente, repartir a riqueza

Porque enquanto um banqueiro estiver tranqüilo e pacifi-

camente sentado atrás de um balcão, fornecendo o dinheiro, ele arranjará expedientes de impor o preço e o custo que ele quiser do dinheiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). - No horário reservado às lideranças, consulto à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro se deseja fazer uso da tribuna.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NILTON FRIEDRICH - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "No último dia 17 de maio, quando trouxemos ao conhecimento desta Casa os gravíssimos problemas possessórios envolvendo a comunidade de São Pedro, Município de Toledo, denunciemos os conflitos, escaramuças, insônias, violências e inquietações ali registradas ao longo dos anos.

Tal a extensão do problema, que para melhor expressá-lo o fizemos em diversos capítulos.

Hoje, voltamos ao assunto para prosseguir na apreciação da angustiante questão.

Na ocasião, em aparte ao nosso pronunciamento, o nobre Deputado Ruben Valduga lia telex informando que a questão estava em seu final. Ademais, o Líder da bancada situacionista, instantes antes de se apreciar requerimento por nós elaborado, que objetivava a intervenção da INCRA, ITC, FETAEP, TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, PASTORAL DA TERRA E COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ, SECRETARIA DA JUSTIÇA E GOVERNO DO ESTADO no caso, levanta questão de ordem para levar ao conhecimento desta Casa uma informação oficial do Secretário da Justiça, dando a notícia - esperada por tanto tempo - de que o quase vintenário litígio possessório de São Pedro chegara ao seu final. Imediatamente expressamos a nossa estranheza ante a afirmativa feita, mas mesmo assim pontificamos a alegria em receber tão feliz comunicação, sustentando que não seria impertinente a aprovação daquele requerimento. No entanto, a maioria situacionista, com exceção de um Deputado, achou por bem alijar a nossa pretensão.

No dia seguinte, os principais órgãos de imprensa do Estado noticiavam o fim do famigerado problema envolvendo o Banco do Estado do Paraná S/A e Antônio Padovani, destacando a interferência do Governador Ney Braga e do Secretário da Agricultura Reinhold Stephanes no assunto, dando-lhes os méritos pelo término do mesmo.

A comunidade sãopedrense festejou o acontecimento, recepcionando com foguetes e alegria generalizada.

Era o fim de 17 anos de pesadelos, angústias, desesperos...

Não faltaram os bajuladores de plantão, extremamente preocupados em louvar seus senhores. Vereador, Prefeito e Deputado prepararam uma comitiva de homens humildes daquela injustiçada área, e compareceram junto à sala palaciana do Estado (para agradecer a profunda e extraordinária interferência na definitiva solução do problema). Enquanto isso, emissoras de rádio e televisão regionais evidenciavam o assunto, dando destaque pomposo, principalmente aos "salvadores" daquela gente no seu grave problema. Como se São Pedro precisasse de "salvadores" e não de Justiça...

Passou o mês de maio. Veio o mês de junho. Festejaram-se os dias de São Pedro e de São Paulo... Julho também passou... Quinze dias de agosto já se foram...

E ONDE ESTÁ -- SENHOR PRESIDENTE E SENHORES DEPUTADOS -- A SOLUÇÃO DEFINITIVA PARA A ANGUSTIANTE QUESTÃO POSSESSÓRIA DE SÃO PEDRO???

E ONDE ESTÁ -- SENHOR PRESIDENTE E SENHORES DEPUTADOS -- A SOLUÇÃO DEFINITIVA PARA A ANGUSTIANTE QUESTÃO POSSESSÓRIA DE SÃO PEDRO???

E ONDE ESTÁ -- SENHOR PRESIDENTE E SENHORES DEPUTADOS -- A SOLUÇÃO DEFINITIVA PARA A ANGUSTIANTE QUESTÃO POSSESSÓRIA DE SÃO PEDRO???

Mais uma vez os iguaçuenses do Centro Cívico enganaram-

o povo de São Pedro...

Porém, enquanto o festival de promessas, bajulações e patrocinados enganos se desenrolava, aliados a muitos sãopedrenses, Associação dos Moradores e Amigos, Comissão de Terras, Colonização e Migração desta Casa, continuávamos na jornada buscando maiores informações e novas frentes de ação. Tanto isso é verdade, que após ouvirmos apenas um dos agricultores que aqui deveriam vir depor, fomos — juntamente com o Deputado Gernote Kirinus — “in loco” carrear depoimentos para uma inteiração maior da problemática.

Em seguida conclamamos a presença da Pastoral da Terra no problema, que acresce-se, já está desenvolvendo trabalhos, reuniões e mobilizações em torno da questão. Também, convocados, ouvimos longo depoimento da família de Antônio Padovani e seu advogado. Aliás, depoimento de enorme significado, pois de maneira clara e documental, ficou constatado que efetivamente o Banco do Estado do Paraná S/A ludibriaria os adquirentes de terras naquela área.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fatos novos e graves compõem mais um triste capítulo dessa malfadada história. No mês de julho, dias 13, 17 e 26, repetem-se ameaças de prisões e até detenção se registra. José Farias, foi rapidamente detido quando trabalhava em área próxima à vila. Rosano José do Nascimento, ameaçado de prisão caso não desocupasse imediatamente a área em que estava trabalhando e que lá fora posto pelo seu patrão. Com agravante, foi lhe exigido que não dissesse a ninguém o que acontecera com ele. E, por fim, Lindolfo Borges de Carvalho, com 82 anos de idade, foi impedido de morar na área que cultivava, o que lhe obriga a morar no aglomerado urbano de São Pedro, fazendo a pé 8 quilômetros — diariamente — até sua posse. O idoso agricultor, vale destacar, trabalhou na terra que possui, de 1968 a 1978, e neste período residia dentro dela.

ATÉ QUANDO — SENHOR PRESIDENTE E SENHORES DEPUTADOS — VÃO SE REPETIR OCORRÊNCIAS COMO ESTAS???

Não é possível que de quando em vez a família sãopedrense sofra sobressaltos. São 1.500 famílias, direta e indiretamente, que sofrem a borasca da indefinição dominial da área.

Mais do que nunca — Sr. Presidente, Srs. Deputados — vale aqui lembrar que os pequenos agricultores, na mais absoluta boa-fé, compraram e pagaram ao Banco do Estado do Paraná S/A os valores correspondentes às áreas que adquiriram. Entraram no “conto” do banco oficial do Paraná, único e exclusivo responsável pelos gravíssimos e sangrentos episódios na área registrados. Vale dizer, que os agricultores **nada** tem a ver ou se envolver com a demanda judicial que há 17 anos vem se arrastando nas Cortes da Justiça brasileira.

E nos preocupa sobremaneira que aquilo, que fora vã promessa de pronta solução, tenha sido somente para aplacar a inquietação que hoje se respira naquela comunidade toledana.

Contudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a autoridade não brinque com a paciência de um povo aviltado, enxovalhado e profundamente injustiçado.

Por tudo isso, voltamos à carga, retornamos à denúncia, renovando a reivindicação de que **NÃO SE ENGANE** mais aquela gente. Não se façam promessas até hoje não cumpridas, e que desassossegam a todos. Além do mais, e eis a razão maior do que presentemente reivindicamos, desejamos ver nossas autoridades, e principalmente o INCRA — já que se trata de área de faixa de fronteira — apresentando, no menor tempo possível, uma séria e conclusiva análise do feito. Só assim, com conhecimento científico da “lide” e desde que a solução definitiva seja imprevista e demorada, tornaríamos a buscar outras soluções, outra posição amigável ou quem sabe, inclusive, uma própria medida desapropriatória. Porque, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós, na oportunidade em que ouvíamos

aqui o depoimento de uma das partes litigantes, tivemos a infeliz informação de que por duas vezes se tentou uma composição amigável, por duas vezes, sendo que de uma das últimas vezes, a família Padovani fizera por escrito uma proposta de composição, em 1965, e até hoje está esperando uma resposta do Banco do Estado do Paraná S/A.

Tem o aparte, primeiramente, o Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Em primeiro lugar, nobre Deputado, eu o parabenizo por trazer mais uma vez, a esta Casa, o problema do pessoal de São Pedro, dessa área litigiosa que já se arrasta por mais de 16 anos, e também gostaria de acrescentar ao seu pronunciamento, uma informação de que na última semana estiveram reunidos lá em São Pedro, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra, Comissão de Justiça e Paz, o órgão do ITC representado e também advogados, para tratar com a população deste problema. E ali, insistentemente, foi informado à população, de que não se tratava de problema político, de que não deveriam levar a coisa para o terreno de deputados e políticos porque poderiam prejudicar. Portanto, registrando um certo temor, pelas denúncias que aqui foram registradas nesta Casa.

Se o Poder Legislativo hoje está um tanto enfraquecido em seu poder, pelo menos o poder da denúncia, sabemos que é válido. Por isso me parabenizo com Vossa Excelência em trazer, denunciar e cobrar aqui, da tribuna desta Casa, as promessas que foram feitas.

Além disso, gostaria de informar que, como medida, não diria enganosa, mas para aplacar os ânimos dos deputados, daqueles que se interessam pela questão e pelo próprio povo de São Pedro, o Banco do Estado do Paraná, finalmente reconheceu o contrato que ele assinou como documento legal para que o povo pudesse fazer empréstimos, aliás, medida essa que já deveria ter sido tomada há muito tempo, porque o contrato foi expedido pelo próprio Banco do Estado e era o próprio Banco do Estado que negava aquele documento legal, como documento que favorecia o agricultor, no sentido de poder sacar empréstimos.

Gostaria também de acrescentar e dizer que a Comissão de Terras desta Casa continua aguardando resposta do ex-chefe do SPU, do ex-depositário, do ex-diretor do Banco, para que também eles venham dar o seu depoimento na Comissão de Terras, assim como o fizeram e assentiram o Sr. Padovani e o povo através dos agricultores, que parece, estão muito interessados em resolver o problema, enquanto que os demais até hoje não compareceram e ainda não deram a sua resposta.

Apenas essas informações gostaria de acrescentar ao seu pronunciamento. Meus parabéns, Deputado Nelson.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço a interveniência e principalmente por lembrar que agora o Banco está concordando em anuir para que se faça financiamentos de custeios e outros financiamentos na área, pois há 17 anos este Banco do Estado do Paraná — e estão aqui cópias de contratos — vendida aos agricultores e desde aquela época, há 17 anos atrás, não dera, até há poucos dias, cartas de anuência aos adquirentes de suas terras para produzir, para poder realizar financiamentos agrícolas.

Sr. Presidente, eu teria...

O Sr. Valduga — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado Nelson Friedrich que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para não ser indelicado Deputado Valduga, ao menos a metade deste tempo para Vossa Excelência.

O Sr. Valduga — Obrigado.

Nobre Deputado, o que eu ia levantar justamente, as coisas têm sempre dois modos de se ver. Disse o nobre Deputado

Gernote Kirinus que finalmente o Banco do Estado passa a reconhecer os títulos para efeito de financiamento. Mas é óbvio e claro, a questão está afeta à Justiça. Do momento em que naquele dia e foi essa a minha intenção, nós dissemos que não fora recebido recursos extraordinários interposto pela família Padovani, de que estava a questão pendente apenas de um extremo recurso que seria grau de instrumento e que já haveria condições de execução provisória, só aí que se abre condições para que se possa agir.

E sabe o nobre colega que é bacharel, que só então é possível que assim se possa fazer, com certos riscos. E o Banco do Estado está agindo agora ainda com riscos, mas está adentrando a possibilidade de vir a ter prejuízos e libera os financiamentos que eu acho, num gesto largo.

Não vou aqui minimizar a colocação que fez o nobre Deputado, porque sempre acho que a crítica, quando bem feita, ela irriga a democracia, quando ela é infundada ela destrói. Daí porque eu quero, neste momento e neste aparte, enaltecer a posição do Banco do Estado, que passa agora a subsidiar, passa a financiar as lavouras daquela região outrora tão conflagrada, reconhecendo então o direito de posse e já provisoriamente reconhecendo também o domínio.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Lê): “Entendemos, nesta hipótese, que só restarão dois caminhos: primeiro, a desapropriação pura e simples da área para evitar a latente turbulência, tendo o INCRA como agente legal e habilitado para tal promoção; segundo, buscar o caminho da composição entre os litigantes, colocando-se derradeiro fim aos transtornos que vitimaram aquela comunidade. Ajuste amigável que oficialmente apenas uma vez se tentou. E, inexplicavelmente, conforme depoimentos registrados na Comissão de Terras, Colonização e Migração, proposto em 1965, até hoje o grupo Padovani aguarda uma resposta do Banco do Estado do Paraná. Vê-se, pois, que àquela época o acordo que se delineava poderia, se concretizado, ter evitado tantas barbáries e terror que marcaram indelevelmente a vida sãopedrense”.

Sr. Presidente, agradeço essa oportunidade e deixo aqui o requerimento, para que esta Casa apoie este requerimento, ao menos desta vez, porque nós entendemos, se realmente a demanda continuar e prosseguir a se alongar, a solução seria ou a composição amigável, ou a interveniência através de uma desapropriação. Seria uma medida de justiça para aplicar e acabar por 17 anos de litígio e digo mais, o Banco do Estado do Paraná S.A., há de responder pela venda boa, firme e valiosa que deveria ter feito e não fez.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta à Liderança da ARENA, se deseja ocupar o horário que lhe é reservado. — (Pausa). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valduga.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ainda continuando a debater o problema, como disse, as coisas sempre têm dois modos de se ver. O nobre Deputado Nelson Friedrich, ele, a quem eu não neguei os méritos de ter levantado a questão, mas também não se pode deixar de reconhecer de que o Banco do Estado com um título ainda precário, e é comum, e é mezinho em direito que não tendo findado a questão o executor tem apenas uma condição provisória.

E mesmo sendo ela provisória o Banco do Estado já se propõe a arcar com os riscos de uma invertida processual. E abre financiamento para custeio dessa região. Naquela intervenção que nós fizemos não dissemos que findara a questão. Dissemos que o recurso extraordinário não fora acolhido, mas sabem aqueles que entendem um pouco de direito que ainda caberia um agravo de instrumento, que é uma forma de se revisar em absoluta e última instância a questão.

Mas que é, de praxe, um processo prático. Daí porque eu acho que qualquer movimento que se faça em torno disso, até

um clamor da Assembléia para que o Supremo Tribunal Federal de uma vez por todas decida, eu acho que seria válido. Não entendendo isso como pressão, é uma lembrança para que seja decidido.

Mas, deve-se louvar aqui o Banco do Estado pelo desprendimento que teve em condições precárias e provisórias de jogar com os riscos das incertezas de uma decisão final e financiar as lavouras daquela conflagrada região.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

O que eu estranho em todo esse episódio, ilustre Deputado, é que o Banco do Estado do Paraná, que é a parte efetivamente envolvente na questão, não deveria ter arrastado ao litígio 1.500 famílias que direta ou indiretamente, estão convivendo com a problemática. Porque estes agricultores, que adquiriram através de contrato, de compromisso de compra e venda, muitos com escrituras públicas, fornecidas através do Banco do Estado do Paraná, outorgados aos seus adquirentes, com documentação datada de 63, 64, inclusive com contratos anteriores ao início do litígio, não poderia e isso que nos deixa realmente angustiados, é que essa instituição financeira oficial, que no final das contas, é o próprio Governo, acaba demorando 17 anos para tomar uma medida dessas. Concordo com Vossa Excelência, mas se hoje é ainda arriscado, porque levar os adquirentes das suas terras, o Banco levar esses agricultores, que adquiriram de boa fé, levar todo esse tempo, sem eles poder ter financiamento nenhum.

O SR. VALDUGA — Felizmente, nobre Deputado, conheço muito bem a questão, conheço até a origem de toda polêmica para poder responder à altura. Sabe o nobre colega, que existe já, de uma herança antiga, dois títulos na região, sabe disso, é inegável. O Banco do Estado recebeu esse imóvel em pagamento e, entretanto, houvera a tomada de posse de muitos dos atuais possuidores e outros que sucederam.

Daí então, qual seria a atitude que teria o Banco do Estado, ceder aquele título que tinha, entretanto, o outro titular, os Padovani também pretendiam o domínio do imóvel, e aí então, a questão houve. Eu não vou dizer que não deveria ter sido desapropriada há mais tempo, mas o Banco do Estado em si na sua posição de titular e agora, vencedor, agiu com boa fé em todo o tempo, agiu com boa fé e agora além da boa fé ele se antecipa aos riscos como disse e vai fazer o financiamento antes da decisão final.

Acho que a questão aí, ela se encerra com facilidade. E quando fizemos a intervenção, nenhum foi, no sentido de dizer que estava liquidado, de que estava, a bem dizer, no final, à última instância estava sendo provocada por um expediente protelatório puramente. Não cabe em agravo, discutir mais sobre as matérias que anteriormente foram discutidas que era domínio e posse.

Discutia-se apenas questões processuais, que não levarão mais a rever o domínio. Tem o aparte o Deputado Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Deputado, aqui nesta Casa foi dito, inclusive foi colocado o prazo, isso inclusive as notas taquigráficas daquele dia da sessão, poderá comprovar.

Ademais, conforme o depoimento, de um advogado na Comissão de Terras, dos Padovani, o Banco do Estado do Paraná teria vendido aquelas áreas mediante contrato de compra e venda quando a área já estava sob sequestro.

Lembro bem o que dizia Dr. Epifânio, no seu depoimento: órgão público coloca a área em sequestro; órgão público desrespeita o sequestro, outro órgão público intervém, para colocar novamente sob sequestro; outro órgão público desrespeita e fica tudo em órgãos públicos: SPU - Banco do Estado do Paraná. E as vítimas, infelizmente, são aqueles colonos que compraram com a boa fé, no Banco do Estado do Paraná.

O SR. VALDUGA — Nobre colega, não se trata aqui, de boa ou má fé, eles compraram um documento hábil que tinham pa-

ra comprar. Reconheciam, eles estavam mais, valendo-se da sua posse, inclusive, devo dizer que as condições de preço com que foram vendidos pelo Banco do Estado, foram condições até altamente benéficas, por que? Porque a área já estava intrusada.

Na época, a intrusão era uma situação, digamos, até condenável, é que o tempo se encarrega de legitimar qualquer posse, expurgar os vícios que possa ter, e dar então, a legitimidade que hoje todos defendemos.

Mas não pode, o Banco do Estado, hoje, depois de uma luta intensa, às suas expensas, de ter discutido, em todos os escalões da justiça, — e se morosidade houve, não é de parte do Governo e sim, morosidade da justiça, por um processo muito demorado.

Era isso que eu queria dizer.

O Sr. Nelson Friedrich — Permita só para concluir.

Ilustre Deputado, há um aspecto de fundamental importância no caso. O grupo Padovani, neste episódio, possui documentação inclusive anterior a do Banco do Estado, e com uma ordem de ocupação, dada pelo Serviço de Patrimônio da União, de 1957; o litígio com o Banco do Estado, iniciou-se em 1963 e o Banco do Estado vendeu principalmente essas áreas, 62, 63, 64, 65; a área já estava "sub judice" e foi efetivamente o grupo Padovani que entrou com a ação judicial contra o que eles alegam: "intrusos, Banco do Estado do Paraná e seus prepostos". E o que eu mais me fixo, ilustre Deputado, é exatamente no aspecto social, não no documental-judicial, que está em demanda; o que eu não posso admitir e que esta Casa haverá de registrar, seguidamente a nossa denúncia e o nosso protesto; é que o Banco do Estado do Paraná S.A., como o Banco oficial, do Governo, tenha passado por este Governo, tantos ilustres paranaenses, com cargos de expressão nacional, em outras oportunidades, tendo em suas mãos todos os instrumentos hábeis e legais, para solucionar a problemática, isso tudo permaneceu, até há pouco tempo, para que se fizesse pressões sociais, pressões políticas, pressões populares, para que realmente houvesse um interesse decisivo no episódio. Isso é um aspecto que nós não podemos negar. E infelizmente, está registrado na história dos problemas de terras do Paraná, esse câncer social, que é o caso de São Pedro. Porque não se trata de um litígio entre grupos particulares; entre imobiliárias ou interesse de um ou de outro possessor; trata-se, de um lado, da família Padovani, e de outro, de uma entidade pública oficial, com um agravante, que os únicos prejudicados são aqueles pequenos agricultores que compraram, pagaram, receberam contratos registrados, muitos receberam escrituras e durante todo este tempo, estiveram impossibilitados de atuar na vida creditícia, bancária e mesmo em outros compromissos e que atrasou sobremaneira o progresso de toda aquela comunidade que pretendia, a questão de 12 anos atrás, inclusive se emancipar, que era maior a época do que a própria Vera Cruz que hoje está aí com um processo tramitando, pelo município. E isto eles mentem. Por este problema de ordem possessória, é que aquela região está hoje abandonada, muita gente indo embora, porque o problema social persiste.

Muito obrigado, desculpe o espaço de tempo tomado.

O Sr. Valduga — O que eu quero finalmente deixar aqui consignado é o seguinte. É que o Banco do Estado, finalmente, vitorioso na sua contenda judicial, já inicia, antecipa, os benefícios daquele trabalho a que se propôs. Eu sou contra a composição que se propôs com o grupo Padovani. Porque ela viria beneficiar a quem não tem direito. A Justiça já disse: que ao Banco caberia o direito e o Banco, finalmente, legítima, a titularidade das terras e passa agora a agir como tal, dando os financiamentos aos lavradores. Já é uma situação pública e notória, da qual eles já estão recebendo os benefícios. Eu vou dar aqui um pouco de tempo ao Deputado Fuad Nacli que também quer falar sobre a matéria. — (Sem revisão do orador)

O Sr. Presidente (Fabiano Braga Côrtes). — No horário res-

tante da Liderança da ARENA, por 6 minutos, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli.

O Sr. Fuad Nacli — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos o aparte dos nobres Deputados, com referência à Gleba São Pedro, já conhecido no Estado todo, pela família Padovani, Banco do Estado, e da ação.

Não poderia deixar de vir à tribuna, como ex-assistente da supra, que fui no Paraná, e por gentileza do Deputado que subcreve, do Deputado Nelson, tenho em mãos um requerimento dirigido a esta Casa. E que no dia 17 de maio trouxe ao conhecimento desta Casa gravíssimos problemas que geraram naquela área.

Quero confessar que naquele dia eu estava presente, achei por bem não pedir o aparte, porque sabia da intenção de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado e de Sua Excelência o Secretário do Interior e Justiça, Dr. Octávio Cesário, que estava se dirigindo a Brasília, para tratar do problema que tanto aflige aqueles que compraram as terras do Banco do Estado, que lá, naquela época, eram posseiros e foram feitas vendas por preços simbólicos, assim eu posso dizer.

Sabemos perfeitamente que numa área demarcada e que a família Padovani tem lá uma serraria, centenas de famílias agregadas, às expensas da família Padovani, e também, cujo problema já vem vindo, como bem diz o Deputado, há mais de 17 anos.

Mas vejo no seu requerimento, hoje, que ele quer aqui dar a entender, a responsabilizar o Banco do Estado, só agora que o Banco do Estado veio dar financiamento para aqueles agricultores. Todos os Senhores sabem. Que nenhum homem, ou pessoa física ou jurídica, poderá uma entidade financeira, sem ter o aval, ou sem ter a sua garantia. O Banco do Estado, pela nova orientação da sua Diretoria e do seu Presidente, Dr. Jucundino Furtado, achou por bem, procurar dar um financiamento àqueles que adquiriram terras do Banco do Estado.

Mas não é aí só que nós queremos chegar, a responsabilidade do Banco que vendeu as terras, sabemos perfeitamente que a lei é clara. Cuja ação, como bem disse aqui, o Deputado Ruben Valduga, está na esfera federal. Nós não podemos, de uma hora para outra, transformar. Quero dizer, que propostas amigáveis do grupo Padovani, junto ao Banco do Estado, não foi possível solucionar, porque áreas vendidas aonde estão localizadas as fazendas que eles acham que são de sua propriedade. Ninguém pode vender o objeto duas vezes. Já pela venda da primeira vez, já temos um litígio. Quanto mais pela segunda vez.

Não só o Banco do Estado e nem o grupo Padovani, mas também os compradores que lá estão, não querem sair das suas terras, aonde adquiriram e estão lá há mais de 15 a 20 anos.

Acho que o bom senso está procurando dar caminho a soluções da Gleba São Pedro. Estas soluções definitivas, nós não gostaríamos de estar hoje desta tribuna, para dizer ao Deputado que tão bem representa a sua região e que tão bem defende os colonos das glebas São Pedro. Mas sabemos muito bem que não depende do Governo do Estado só, não depende do Banco do Estado. E portanto, temos conhecimento que já está chegando na reta final, para que se haja um bom atendimento. Para que aqueles homens, que efetivamente estão na terra, que fiquem na terra. Mas temos que concordar, logo que o Governo assumiu, foi uma de suas preocupações procurar solucionar o problema da gleba São Pedro. O nobre Deputado sabe muito bem disso.

O Sr. Nelson Friedrich — Permite-me um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Gostaria apenas de evidenciar o seguinte, estou residindo naquela região há aproximadamente 14 anos. E desde que lá estou, inclusive em período de militância da advocacia, sempre defendendo posseiros desta área, digo a Vossa Excelência que a cada período eleitoral, o problema está resolvido.

Na última eleição, no último mês de novembro, foi até fei-

ta uma declaração, que se dizia vir dos órgãos oficiais, que Reinhold Stephanes estava com o problema resolvido em 45 dias. E os automóveis, com alto-falantes, corriam o distrito alegando isto. Fazendo com que, inclusive, o então candidato a Deputado Federal e hoje Secretário de Estado, recebesse quinhentos votos num lugar que nunca tinha ido e nunca foi. Em função de documento dizendo que até fim de novembro o problema estava resolvido.

Depois nós tivemos, em março deste ano, que em poucos dias estava resolvido, nós ouvimos aqui uma informação da Liderança no dia 17 de maio, de que o problema estava resolvido. E é por esta razão que nós não acreditamos nem na reta de chegada, na reta de saída e nem na reta final. Porque ou o problema se resolve mesmo, ou nós vamos continuar quanto tempo? Porque há poucos dias nós assistimos e vimos o documento publicado pelo jornal "Paraná Rural", em que este problema poderia se alongar por mais um ano e meio. Palavras que estão hoje registradas num documento de um jornal do próprio setor de agricultura, da FETAEP. E é por esta razão que nós nos preocupamos e voltamos a carga, de vez em sempre, se for possível; porque a realidade está aí assustadora.

Tantos Governos se passaram, inclusive o atual Governador sendo Ministro da Agricultura, tendo sob sua coordenação o próprio IBRA, que era o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, instrumento legal, hábil e altamente necessário e útil para resolver a demanda, quando então Ministro de Agricultura e, até hoje, está a situação no que está. Não me preocupo e repito, com o problema estritamente judicial, mas o problema social é gravíssimo; porque lá tomaram pessoas, incendiaram-se casas, mutilaram elementos, criou-se uma intranquilidade, uma insegurança social. Muitos foram assassinados, muitos perderam seus bens e quantos que foram embora, fugindo desta dramática situação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). (Faz soar os tímpanos). A Mesa informa ao nobre Deputado, que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão de seu pronunciamento.

O SR. FUAD NACLI — Gostaria de dizer ao Deputado Nelton, que eu não faço política nas áreas litigiosas. Vossa Excelência sabe muito bem que antes de ser Deputado, estive na propriedade de seu sogro, na gleba cinco mil e que era uma gleba litigiosa também. E o Sr. sabe, perfeitamente, que nós temos problemas no Paraná há mais de vinte anos que estamos percorrendo. Se apenas viemos a esta tribuna hoje, é porque tivemos conhecimento, há mais de vinte dias, que o Banco do Estado do Paraná não poderia ficar alheio a não atender aqueles agricultores, aqueles homens que estavam lá, para dar o seu financiamento...

O Sr. Nelton Friedrich — Eu gostaria só de informar ao ilustre Deputado, que eu não tenho hoje procuração de meu sogro, mas talvez terei outro dia para responder. Talvez Vossa Excelência estaria, na ocasião, defendendo a Colonizadora Norte do Paraná, habituada a grillagem e a semvergonhice possessória daquela região.

O SR. FUAD NACLI — Nobre Deputado, gostaria que Vossa Excelência repetisse, eu não ouvi o seu aparte. Parece que ouvi sem-vergonhices...

O Sr. Nelton Friedrich — Fazia referência à Colonizadora Norte do Paraná, habituada naquela região, de cinco mil, a fazer abusos e semvergonhice possessórias.

O SR. FUAD NACLI — Com referência à Companhia Norte do Paraná, eu não tenho nada a falar, porque não faço política naquela região. Conheço sempre por imprensa e por jornais. Mas, voltarei aqui, desta tribuna, se oportunidade me derem, eu apenas deixei bem clara a minha posição. Sou amigo pessoal do grupo Padovani, quando se falava no grupo Padovani que estava queimando e incendiando, eu sempre defendi aos homens que trabalham e lutam na terra. Não faço política, — e Vossa

Excelência sabe muito bem que pertence a Toledo, -- nas áreas conflitadas, porque acho que é uma injustiça, um crime, todo e qualquer político usar de qualquer arma para obter o voto e isso é tido desde o tempo que eu me conhecia como criança.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Expediente firmado pelos Srs. Deputados Erondy Silvério e Nilso Sguarezi, respectivamente líderes da ARENA e do MDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial que acompanhará inquérito policial na cidade de Cascavel. — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 24/79, que denomina "MISDEI MORESCHI" a estrada que liga Itambé-Floresta. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 24/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º -- Fica denominada ESTRADA MISDEI MORESCHI, o trecho da PR-546, que liga o Município de Itambé ao Município de Floresta.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 29/79, que modifica a redação do Art. 1.º, da Lei n.º 6755, de 16 de dezembro de 1975. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 29/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 1.º, da Lei n.º 6755, de 16 de dezembro de 1975, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o LAR SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro na cidade de Umuarama".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

DEL CIEL — Relator

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, não é propriamente para discutir. Conforme pessoalmente lhe falei, solicito à Mesa que determine ao Departamento competente uma maior fiscalização no problema da Ordem do Dia. Eu sei qual é o projeto que se está discutindo. Mas, se se fizer uma enquete na Casa, ninguém vai saber o que trata a Lei nº 29/79, e esse Artigo 1.º da Lei 6755. Então, solicito à Casa que o Regimento seja realmente cumprido no problema da Ordem do Dia, a fim de que os projetos de lei venham perfeitamente especificados. Era esta a minha indagação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa já tomou as devidas providências, conforme entendimento mantido com o ilustre Líder, e, ainda, informa, que no anexo da Ordem do Dia, está especificado o referido projeto de lei. Mas, já atendeu a solicitação do nobre-Líder, e comunicou ao

Departamento competente, para as devidas providências. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 50/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 56/79, que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de LUPIONÓPOLIS, com a interveniência dos Órgãos e objetivos que especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 50/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo aditivo datado de 29 de dezembro de 1.978, ao convênio celebrado em 11 de outubro de 1.978, entre o Governo do Estado do Paraná, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná — FAMEPAR —, e o Município de LUPIONÓPOLIS, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

DEL CIEL, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 57/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 47/79, que aprova termos de convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios nominados, que com a participação de Órgãos que especifica, objetiva minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, mediante absorção de mão-de-obra ociosa. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 57/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos aditivos de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná — FAMEPAR —, e os seguintes Municípios: SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, n.º 234/78-SEPL, em 27/10/78; PARANAPOEMA, n.º 231/78-SEPL, em 01/11/78; PARANAPOEMA, n.º 232/78-SEPL, em 01/11/78; SANTA FÉ, n.º 241/78-SEPL, em 07/12/78; JUSSARA, n.º 256/78-SEPL, em 12/12/78; PÉROLA, n.º 248/78-SEPL, em 13/12/78; JABOTI, n.º 252/78-SEPL, em 14/12/78; ANDIRÁ, n.º 255/78-SEPL, em 14/12/78, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

DEL CIEL, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 58/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 14/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e diversos municípios paranaenses, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva execução de obras e serviços de emergência destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, principalmente mediante a absorção de

mão-de-obra ociosa. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 58/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná — FAMEPAR —, e os seguintes Municípios: TEIXEIRA SOARES, INÁCIO MARTINS e PORTO VITÓRIA, em 12/01/79; SANTA IZABEL DO IVAÍ, em 17/01/79; NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, em 18/01/79; ADRIANÓPOLIS e TOMAZINA, em 24/01/79, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1.979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

DEL CIEL, RELATOR.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao INCRA, com relação à problemática de terras na localidade de São Pedro, Município de Toledo. — Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, nobres Deputados, apenas para uma pequena observação. Esta matéria já estava sendo discutida no horário das duas Lideranças e ali foi dito, talvez com justa razão que o Banco do Estado estaria correndo um risco em conceder agora financiamentos mediante os contratos.

Gostaria apenas de observar que os riscos das financeiras sempre são ressalvados. Agora, nunca se pergunta os riscos que o povo corre quando compra tais terras ou quando assina ou aceita tais contratos. Apenas essa observação, de que existe uma discriminação em relação ao povo que carece de proteção diante dos riscos, pois a financeira sempre tem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem,

concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Solicito de Vossa Excelência, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se.

(Pausa) — Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

10 Srs. Deputados o aprovam; nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 98 e 108/79.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 68 - 69 - 70 e 71/79.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Leis n.ºs 113/78, 149/78, 56/79, 64/79, 77/79, 72/79 e 97/79.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 490/79

atribuir aos funcionários LEÔNIDAS RAMOS DA SILVA e WALDOMIRO DE CAMARGO, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da Presidência, até 31 de dezembro de 1.979.

Palácio XIX de dezembro", em 15/08/79.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 491/79

colocar à disposição do Poder Executivo, até 31 de dezembro de 1.980, o funcionário HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE NETO, matrícula n.º 418, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 492/79

revogar o item II do Decreto Legislativo n.º 481/79, de 12 de julho de 1.979, que atribuiu ao funcionário ALBERTO MIGUEL, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 3a. Secretaria.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 493/79

atribuir ao funcionário DIONÍSIO DE PAULA CAVALHEIRO, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 1a. Secretaria, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1.979.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 494/79

I — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 363/79, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Correspondência, do Departamento Administrativo, o funcionário JOSÉ ALVES GUIMARÃES, matrícula n.º 092, ocupante do cargo de nível PL"15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — revogar o item II, do Decreto Legislativo n.º 221/79, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 1a. Vice-Presidência, a funcionária NELITA RIBEIRO HARTMANN, matrícula n.º 343, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

III — designar a funcionária acima mencionada, para exercer as funções de Chefe da Seção de Correspondência, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 495/79

designar JANDIR NARDIN, matrícula n.º 162, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal

da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Serviços Gerais, do Departamento Administrativo, enquanto perdurar o afastamento do titular, no período compreendido entre 10 de julho a 09 de agosto de 1.979, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 496/79

designar JAIRO CAMARGO, matrícula n.º 454, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão das Comissões, do Departamento Legislativo, enquanto perdurar o afastamento do titular, no período compreendido entre 04 a 20 de julho de 1.979, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 497/79

revogar o Decreto Legislativo n.º 248/79, de 22 de março de 1.979, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 4a. Secretaria, a funcionária ALBA LÍGIA DE ARAÚJO E GARCIA, matrícula n.º 111, ocupante do cargo de nível PL"28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 498/79

atribuir ao funcionário PEDRO DISSENHA, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 2a. Secretaria, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1.979.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 499/79

retificar "ex-officio", o Decreto Legislativo n.º 343/78, de 26 de junho de 1.978, de aposentadoria de JOSIAS MARQUESI, matrícula n.º 601, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para declarar que a indicação do fundamento legal quanto à inclusão, nos proventos, do valor referente à Função Gratificada - símbolo 1-F, é nos termos do Art. 140, inciso III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, e não como consta daquele ato.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 500/79

retificar "ex-officio", o Decreto Legislativo n.º 394/78, de 03 de agosto de 1.978, de aposentadoria de MARIA STELLA MADER DO AMARAL GURGEL, matrícula n.º 105, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para declarar que a indicação do fundamento legal quanto à inclusão, nos proventos, do valor referente à Função Gratificada - símbolo 1-F, é nos termos do Art. 140, inciso III, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, e não como consta daquele ato.

Palácio XIX de Dezembro", em 17/08/79

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N.º 600/79

designar, WILSON DIAS DOS REIS JÚNIOR, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Edilson Alencar, até 31 de dezembro de 1.979.

PORTARIA N.º 601/79

designar RUBENS BREMER, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado JOÃO MANSUR, até 31 de dezembro de 1.979.

PORTARIA N.º 602/79

I — revogar a Portaria n.º 492/79, de 20 de junho de 1.979, na parte que se refere ao funcionário LEÔNIDAS RAMOS DA SILVA, ora à disposição deste Poder, que designou o mesmo para prestar serviços no Departamento Administrativo;

II — designar o funcionário acima mencionado, para prestar serviços como Motorista, no Gabinete da Presidência, até 31 de dezembro de 1.979.

PORTARIA N.º 603/79

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, à funcionária MADONA SIDILHA DOS SANTOS LOYOLA, matrícula n.º 214, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

PORTARIA N.º 604/79

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de GLACYBELICH, matrícula n.º 154, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 25 de fevereiro de 1.975 e 25 de fevereiro de 1.979, antecipado em razão da incorporação referente ao segundo quinquênio e das férias de 1.975, 1.976 e 1.977, contadas em dobro.

PORTARIA N.º 605/79

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de IHOR BARANHUK, matrícula n.º 453, ocupante do cargo de nível PL"26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei n.º 6.742, de 03 de dezembro de 1978, correspondente ao dobro das férias de 1978; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6.174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 02 de março de 1.974 e 02 de janeiro de 1.978, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias de 1.974, 1.975, 1.976 e 1.977,

contadas em dobro.

PORTARIA N.º 606/79

I — revogar o item II, da Portaria n.º 205/79, que designou para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o funcionário JOSÉ NATÁLIO DE CASTRO E SILVA, ora à disposição deste Poder;

II — revogar a Portaria n.º 254/79, na parte que se refere ao funcionário acima mencionado, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a partir de 1º de setembro do corrente ano;

III — designar o funcionário já mencionado, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Nilso Sguarezzi, a partir de 1º de setembro de 1.979;

IV — autorizar o funcionário acima citado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete do Deputado Nilso Sguarezzi, a partir de 1º de setembro de 1.979.

PORTARIA N.º 607/79

autorizar os funcionários Contratados deste Poder, abaixo relacionados, a prestarem setenta (70) horas extras mensais, conforme especifica:

JUSSARA REGINA FARIAS

período de 05 de julho a 31 de dezembro de 1.979.

NILZA MARIA DE O. BENEVIDES

período de 11 de julho a 31 de dezembro de 1.979.

WILSON PENKA

período de 16 de julho a 31 de dezembro de 1.979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15/08/79

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 608/79

marcar para o período de 14 de setembro a 13 de outubro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 446/78, ao funcionário TADEU LUKA, contratado deste Poder.

PORTARIA N.º 609/79

autorizar MARILENE TOZONI TAVARES DA SILVA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Gabinete do Deputado JOSÉ TAVARES, no período compreendido entre 20 de junho a 31 de dezembro de 1.979.

PORTARIA N.º 610/79

autorizar HERALDO VIANA LOPES, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, percebendo setenta (70) horas extras mensais, conforme solicitação da Presidência, até 31 de dezembro de 1.979.

PORTARIA N.º 611/79

I — revogar o item I, da Portaria n.º 265/78 que

designou para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo, a funcionária JULIETA ROSA SAMPAIO, matrícula nº 472, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — designar a funcionária acima citada, para prestar serviços no Departamento Administrativo;

III — autorizar a funcionária já citada, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de agosto de 1.979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17/08/79

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN
DIRETOR GERAL

A T A S:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9.ª LEGISLATURA - 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 16.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à ORDEM DO DIA, ocasião em que o Senhor Deputado AUGUSTO CARNEIRO apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETOS DE LEI N.ºs: 164/77 - 103/78 - 130/78 - 39/79 - 52/79 - 68/79 e 74/79, bem como os PROJETOS DE RESOLUÇÃO N.ºs: 51/79 - 52/79 e 53/79, os quais foram aprovados sem restrições. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) EZEQUIAS LOSSO

PRESIDENTE

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR
SECRETÁRIO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

9.ª LEGISLATURA - 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, às dezessete e trinta horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado GILBERTO CARVALHO, e presentes os Senhores Deputados: AIRTON CORDEIRO, AUGUSTO CARNEIRO, EZEQUIAS LOSSO, FIDELCINO TOLENTINO, JOÃO ELÍSIO, JOSÉ TAVARES, PAULO CAMARGO, WALDYR PUGLIESI e EGON PUDELL, como Suplente da Bancada da ARENA, bem como o Senhor Assessor, DR. LUIZ FERNANDO CARNEIRO, e demais Senhores Deputados, de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Constatou da HORA DO

EXPEDIENTE sugestão do Senhor Presidente, no sentido de que seja realizada uma reunião extraordinária amanhã, a fim de apreciar a Mensagem n.º 72/79, que dispõe sobre o aproveitamento dos Professores Suplementaristas do Estado. Em discussão. Foi aprovada a sugestão do Senhor Deputado Airton Cordeiro, que esta Comissão se reúna nos primeiros dias do mês de agosto a fim de apreciar a matéria, a qual já pode ser estudada neste período de recesso parlamentar. O Senhor Presidente solicita que sejam distribuídas fotocópias da Mensagem n.º 72/79 aos Senhores Deputados Membros da Comissão. A seguir, passou-se à ORDEM DO DIA: 1) — PROJETO DE LEI N.º 130/77, do Deputado Gabriel Manoel. Relator, Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 158/77, do Deputado Antônio Facci. Relator, Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Deferida vista ao Deputado Ezequias Losso. 3) — PROJETO DE LEI N.º 113/78, do Deputado Fabiano Braga Côrtes. Relator, Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 149/78, do Deputado Fabiano Braga Côrtes. Relator, Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 46/79, do Poder Executivo, Mensagem n.º 51/79. Relator, Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL. Voto contrário em separado do Deputado Waldyr Pugliesi. Em discussão e votação. Aprovado o Parecer FAVORÁVEL. Votos vencidos dos Deputados: Fidelcino Tolentino, José Tavares e Waldyr Pugliesi. 6) — PROJETO DE LEI N.º 56/79, do Deputado Basílio Zanusso. Relator, Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 64/79, do Deputado Adalberto Daros. Relator, Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 77/79, do Deputado Renato Bernardi. Relator, Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N.º 79/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 65/79. Relator, Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL. Rejeitado. Devolvido. 10) — PROJETO DE LEI N.º 80/79, do Deputado Antônio Facci. Relator, Deputado Fidelcino Tolentino. Deferida vista ao Deputado Paulo Camargo. 11) — PROJETO DE LEI N.º 85/79, do Deputado Tércio Albuquerque. Relator, Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N.º 86/79, do Deputado Tércio Albuquerque. Relator, Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N.º 88/79, do Deputado Gilberto Carvalho. Relator, Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 14) — PROJETO DE LEI N.º 92/79, do Deputado Airton Cordeiro. Relator, Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 15) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 49/79, da Comissão de Tomada de Contas. Relator, Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 16) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64/79, do Deputado Gilberto Carvalho. Relator, Deputado Airton Cordeiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 17) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 65/79, do Deputado Egon Pudell. Relator, Deputado Airton Cordeiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 18) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 66/79, do Deputado Egon Pudell. Relator, Deputado Airton Cordeiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 19) — PROPOSIÇÃO N.º 53/79, do Po-

der Executivo. Mensagem n.º 45/79. Relator, Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL, com projeto de resolução. Aprovado. 20) — PROPOSIÇÃO N.º 63/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 52/79. Relator, Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL, com projeto de resolução. APROVADO. 21) — PROPOSIÇÃO N.º 68/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 53/79. Relator, Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL, com projeto de resolução. Aprovado. 22) — PROPOSIÇÃO N.º 81/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 67/79. Relator, Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL, com projeto de resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, marcando outra reunião ordinária para a primeira quarta-feira do mês de agosto. Lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão.

(aa) GILBERTO CARVALHO

PRESIDENTE

RITA SOARES BERTOLI

SECRETÁRIA

CPI - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE COOPERATIVISMO.

Aos vinte e sete dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e nove, sob a Presidência do Deputado DAVID CHERIEGATE e presentes os Deputados Fuad Nacli, Cyro Martins, Werner Wanderer, Darcy Deitos, Antônio Facci, Trajano Bastos, Fidelcino Tolentino e Augusto Carneiro. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e comunicou a presença do Doutor Hamilton Luiz Machado Nunes, do INCRA. Submetida à apreciação a Ata da reunião anterior, foi aprovada sem observação. A seguir, foi lido telex da COPAVEL que pede a ser ouvida em caráter prioritário. Após subme-

tido à deliberação ficou aprovado que, inicialmente, a Comissão ouvirá ainda autoridades ligadas ao setor cooperativista. Prestado o compromisso formal, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao depoente que fez breve relato dos trabalhos do INCRA e sua função junto às cooperativas e colocou-se à disposição dos Senhores Deputados para responder perguntas que lhe fossem formuladas. Os Membros da Comissão fizeram perguntas sobre os mais variados temas ligados ao setor. Às 12,30 horas, o Senhor Presidente suspende a sessão para o almoço, reiniciando-se os trabalhos às 13,30 horas. Após o depoimento do Doutor Hamilton Luiz Machado Nunes, foi liberada a palavra aos Senhores Deputados para assuntos gerais. O Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, pela ordem, solicita que sejam encaminhadas as auditorias e levantamentos procedidos junto a COTRIGUAÇU — Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda., procedidas pelo INCRA, Banco do Brasil e pela própria COTRIGUAÇU. A proposição foi aprovada. Igualmente o mesmo Deputado solicitou que fosse igualmente enviada a documentação referente à Colonizadora COTRIGUAÇU, especialmente no que diz respeito à operação de compra de terras da mesma. A seguir, o Deputado Augusto Carneiro com a palavra agradeceu a presença do representante do INCRA, em nome dos Deputados da ARENA. A presente Ata é integrada pelas notas taquigráficas da presente reunião. Como ninguém mais quizesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, na qualidade de Secretário, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, vai por mim, Francisco Dranka e pelo Senhor Presidente, devidamente assinada, para que produza os devidos efeitos legais.

(aa) DAVID CHERIEGATE

PRESIDENTE

FRANCISCO DRANKA

SECRETÁRIO